

# Na travessia da profissão docente – aproximações e limites do ofício docente em Minas Gerais (1960 – 1970)

## Crossing the teaching profession – approximations and limitations of the teaching career in Minas Gerais (1960-1970)

*Mauro Passos*

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma (UPS), Itália, pós-doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Centro de Estudos da Religião “Pierre Sanchis” (UFMG). Professor e pesquisador visitante do mestrado do IPT e UTAD do Instituto Politécnico de Tomar, em Portugal.  
mauruspax@yahoo.com.br

### Resumo

A profissão docente comporta diversos tipos de relações e sentidos. Povoada de muitas relações, chama a atenção dos historiadores pelos seus diversos aspectos – social, político, cultural e religioso. Profissão e vocação ressoam diferentemente, embora se entrecruzem. O magistério é um fenômeno social, historicamente situado num quadro de relações mais amplas. Os diversos temas sobre o magistério demarcam projetos políticos em disputa. Traçam um desenho para as ações e se relacionam com outros discursos e outros atores, particularmente, o Estado. Este artigo destaca questões sobre a história da profissão docente em Minas Gerais, onde, na década de 1960, o atraso no pagamento das professoras públicas gerou uma movimentação da categoria. Aqui é considerada a experiência de uma professora, cujo depoimento aponta uma dessas visões diferentes da docência.

**Palavras-chave:** profissão docente, história da educação, salário.

### Abstract

The teaching profession includes several kinds of relations and meanings. Full of many relationships, it draws the attention of historians because of its various aspects -- social, political, cultural and religious. Profession and vocation resonate differently, although they mutually intersect. The teaching profession is a social phenomenon, historically situated within a framework of broader relations. The various themes on the teaching profession signal political projects in dispute. They delineate a drawing for action and are related to other speeches and other actors, particularly the State. This article highlights issues about the history of the teaching profession in the State of Minas Gerais, Brazil, where, in the decade of 1960, the delay in the payment of public teachers generated a novel movement of the category. Herein it is considered the experience of a female teacher, whose statement demonstrate these different views about teaching.

**Keywords:** teaching profession, teaching history, income.

No século XX, diversas mudanças foram-se operando no cenário brasileiro. Uma série de questões objetivas e subjetivas relevantes acenava para as instituições republicanas. Novos horizontes assinalaram/assinalam a história da escola e da cultura escolar. As reformas de ensino, a escola primária e a formação dos professores estavam/estão articulados na história da educação brasileira. Vários estudos contribuem para a compreensão do processo que se desencadeou para sua organização<sup>1</sup>. Em Minas Gerais, a cultura escolar encontra nos Grupos Escolares um novo jeito de educar e formar o cidadão republicano:

O processo de racionalização pelo qual vinha passando o “sistema público de instrução primária”, que atingia desde a maior definição, divisão e controle dos espaços e tempos escolares, passando pela afirmação e controle dos espaços escolares, passando pela afirmação das classes e disciplinas escolares até atingir os processos e os métodos de ensino, significava, naquele momento, um movimento de expansão da abrangência escolarizada, que passava a ocupar-se de tarefas cada vez mais amplas e complexas. (Faria Filho, 2000: 179-180).

É importante destacar o deslocamento que vai ocorrendo no campo educacional. Das mãos da instituição religiosa, vai passando para o domínio do Estado. A laicidade do ensino não era uma questão isolada do cenário político. Compunha com outras mudanças, pois o ideário positivista pretendia modificar a sociedade brasileira. Dessa forma, os princípios educacionais emanados por essa corrente identificavam a liberdade de ensino com a prosperidade da nação. Merecem destaque a formação e a composição docentes desse período. Os pressupostos da modernidade já vinham sendo anunciados e vividos, de modo fragmentário, no cotidiano social. A mudança na política e na sociedade não ocorreu de modo linear nos períodos subsequentes. Nesse contexto, o saber prático, um novo humanismo e a ciência vão contribuindo para o estabelecimento de uma nova tendência cultural e educacional.

Os processos educacionais são parecidos com os processos históricos. Não são tão simples, nem se desenrolam com mudanças repentinas. Sabemos que no cenário educacional se mesclam iniciativas avançadas, com situações de abandono e atraso. Com todas as carências, a escola passa a ser um instrumento de capital importância para a difusão dos novos valores, da nova ordem social e da modernidade. O Estado prega uma educação laica, pública e gratuita. Assim, a educação ganha destaque no discurso republicano, pois fazia parte do projeto político. A escola passa a ser uma ponte entre a sociedade civil e a sociedade política. Os meios e as formas educacionais se articulam para desenvolver as habilidades que convinham a um cidadão moderno. Isso confere um novo papel à educação naquele contexto. A profissão docente e a escola pública fazem parte do projeto civilizatório. A escola deveria se firmar com uma nova forma de socialização, pois era vista como o *locus* privilegiado para a renovação social e política do país, e o professor se torna funcionário do estado, com um papel importante – formar as novas gerações dentro desses princípios e valores. As práticas educacionais deveriam moldar maneiras de ser. Como sabemos, esse processo não contemplava toda a população brasileira, já que o discurso republicano pela igualdade e liberdade traduzia-se mais em projetos e propostas do que em concretização histórica.

As famílias tradicionais mineiras educavam suas filhas em colégios católicos, pois a escassez de escolas públicas era grande em Minas Gerais (e em todo o Brasil!). Isso favorecia a formação religiosa, ainda mais que as estudantes ficavam, em sua grande maioria, em regime de internato. A educação nesses colégios pautava-se pelos rígidos padrões morais, com uma visão espiritualizante do mundo e da vida e uma exigente disciplina. Em Minas Gerais, foram abertos diversos colégios católicos e, no período de 1930 a 1960, formavam um significativo número de normalistas que atuavam no estado. Com o objetivo de formar professoras, o apostolado educativo das escolas normais católicas tinha um efeito multiplicador, através do exercício do magistério, por um lado, e, por outro, as diversas formas de representação, símbolos e práticas contribuíam para a manutenção dos princípios cristãos na formação da criança, dos adolescentes e dos jovens.

Irei considerar neste estudo o movimento das professoras mineiras, na década de 1960. Várias situações balançam a luta e as reivindicações do magistério: a questão salarial, no entanto, é norteadora.

<sup>1</sup> Entre outros estudos, faço menção à pesquisa de Faria Filho (2000). Nesse trabalho, o autor analisa a criação dos Grupos Escolares em Minas Gerais.

## 1. Um baú de lembranças: palavra de mulher

Tudo tem uma história. Os sonhos, as formas de sociabilidade, o trabalho. Tudo muda ao longo dos séculos e as mudanças podem ser mais bem compreendidas quando as relacionamos com os acontecimentos da época. As lembranças e a memória têm esse papel.

Helena Morley, em sua obra *Minha vida de menina*, relata suas memórias escolares, sua primeira experiência como regente de uma classe escolar e suas dificuldades para “ensinar meninos pretos e burros”. Como esse relato, há muitas histórias que compõem o diário do(a) professor(a). Como parte do mundo, a educação ocupa a vida e é essencialmente convivência, participação socialização. Com o processo de urbanização e modernização do País e das diversas formas de organização social, foi ocorrendo uma mudança nos padrões de comportamento, formação humana e educacional. A modernidade não é somente modernização, mas é, sobretudo, tempo de autonomia e emancipação do ser humano, sentimento e criatividade, arte, corpo e afetividade.

É sobre uma professora do interior de Minas Gerais que ilustrarei este trabalho. Ela tem muitas histórias para contar. Narra seus sonhos, lutas e dificuldades. Este texto se dispõe, portanto, a olhar para a memória de uma mulher-professora e percorrer um itinerário de muitos anos. Ela estudou interna depois de terminar o quarto ano primário em Itaguara, cidade de Minas Gerais:

Primeiro fui para Belo Horizonte e estudei no Colégio Imaculada. Era um colégio interno de freiras. Eu gostava do colégio interno. No início não, Depois acostumei e gostava muito da convivência. A decisão por este colégio foi de minha mãe. Depois fui para Oliveira e fiz o curso ginásial e o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora de Oliveira, das Irmãs Escolápias.

Por meio de seu depoimento oral, reconstituí a ponta de uma memória dessa mestra. Tive acesso a uma história de lutas tanto no cotidiano quanto nos aspectos da vida social e profissional dessa professora. Com seus 79 anos, continua na guarda da esperança por questões sociais mais justas e por mais ética na política. Memória não é apenas uma sombra do passado, é uma luz para um novo futuro, ainda mais que história é essencialmente memória dos vivos. Diante dos acontecimentos internacionais, dos problemas sociais e políticos que invadem o cotidiano dos brasileiros como ficar indiferente? Assim comenta sobre a situação social e política do Brasil:

A gente pensava que as coisas fossem melhorar depois da eleição do PT. O Brasil acreditava em um futuro diferente. Pena. Aquela frase emocionante “trocamos o medo pela esperança” não chegou a ser escrita. Foi apenas falada. Tenho pena dos jovens. Como será o amanhã, quando estiverem no poder, trabalhando, constituindo suas famílias? E o pior é que estão muito parados. Fazem muito barulho quando há música, cerveja e festa. Mas são acomodados diante dos problemas! Às vezes penso que não tem mais jeito não. Depois chego a pensar que nós, mais experientes, podemos fazer muitas coisas ainda. Não estamos mortas. Olha, fiz um movimento muito grande quando lecionava. Eu e outras professoras lideramos um grande movimento de professoras em Minas Gerais, em 1967. Foi um movimento forte e começamos escrevendo cartas para inúmeras cidades do Estado. Desse jeito, queríamos mobilizar o professorado e pressionar o governo, pois o pagamento atrasava meses. Muita gente precisava do dinheiro para viver. Além disso, quem trabalha deve receber, ainda mais do governo. Naquela época a gente não tinha as facilidades de hoje. Tudo era mais difícil. Para ir a Belo Horizonte não havia tantos ônibus. A dificuldade ficava maior porque o pagamento estava atrasado e ninguém viaja de graça. Por isso, penso que os jovens podem mudar muita coisa. Temos muitas riquezas no Brasil. A sociedade pode ser melhor, a política mais limpa. E mesmo com tantos problemas, muitas coisas mudaram. Mas precisam mudar mais.

A leitura cuidadosa dos temas que a professora aborda compõe o corpo social e político de hoje. Mesmo sem desvendar o discurso político, ela projeta perspectivas para o amanhã, particularmente para os jovens. Seu texto ultrapassa os dados informativos e se transforma numa narração que reflete, analisa e avalia. Como se sabe, os discursos não estão soltos, nem são apenas um conjunto de enunciados. Mais do que isso, funcionam como condições de possibilidades para que seu significado seja assimilado e praticado numa determinada época. Nesse sentido,

é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições, mas também afrouxam seus laços e dão margens a tolerâncias mais ou menos obscuras (Foucault, 1993: 96).

Meu maior interesse está situado no tratamento dado às questões educativas e ao papel da professora na sociedade e, particularmente, sua luta por questões salariais. Esse é um tema que comporta um sentido plural, uma rede de significações que justificam e orquestram a prática educativa<sup>2</sup>. Na década de 1960, o atraso no pagamento das professoras primárias em Minas Gerais motivou uma movimentação da classe. Elas tiveram grande apoio do jornal católico *O Diário*. Assim a Prof.<sup>a</sup> Maria Geralda relata essa experiência:

Em 1967, tivemos um grande atraso em nossos vencimentos. Ficamos 7 meses sem receber. Escrevemos várias cartas ao governador. Enviamos mensagem para “O Diário”. Esse jornal nos deu muito apoio, sempre publicava o que a gente enviava. Tivemos apoio de outros jornais também [...] “Estado de Minas”, “Diário de Minas” e até do jornal “O Globo”. Fomos guardando todo o material que a gente enviava para o jornal, o secretário, o governador e tudo o que saía publicado. Fizemos uma pasta com este material. São documentos daquele período, se eu encontrar vou te dar de presente. A gente fazia muito abaixo-assinado. Nem todas as professoras assinavam. Algumas eram medrosas porque não eram formadas e tinham medo de perder o emprego. Outras o marido mandava. Tinha que obedecer. E havia a gente que corria, reunia e escrevia. Isso tudo que aconteceu merece um estudo.

Resgatar a memória, contar a história de vida significa considerar a noção de experiência pessoal e coletiva. O sujeito se constitui com outros sujeitos e, ainda, por meio de experiências diversas, condicionadas pelo meio familiar e social. As experiências vão sendo marcadas, ainda, pela condição econômica, social e cultural. Experiência tem o significado daquilo que produz o sujeito, através de lutas, vitórias e fracassos. Segundo Bakhtin: “Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação” (Bakhtin, 1992: 112).

Essa professora vivenciou uma dupla experiência, isto é, de aluna e professora. Lembrar foi um exercício de reconstrução, no momento presente, de fatos que estavam silenciados no baú da memória. Esses fatos foram “ressignificados”, pois a leitura dos acontecimentos passados é feita a partir da condição do presente: eles se alteram na fala, na reconstrução e, particularmente, no seu significado. O passado é sempre um presente revivido, como lembra Jacques Le Goff :

Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é, ao mesmo tempo, passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo “objetivo” do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira “objetividade”, mas nenhuma outra história é possível (Le Goff, 1992: 51).

Na confluência de diversas práticas, os sujeitos vão constituindo suas identidades. A verdade incorpora a subjetividade da pessoa, sem se esgotar nessa dimensão, no entanto. Não apenas unitária, tem uma marca plural, fruto das relações pessoais, sociais e da prática profissional. Nesse sentido, a narrativa nos conduz a um desafio singular, segundo Jacques Revel, isto é, nos conduz “a levar a sério migalhas de informações e a tentar compreender de que maneira aqueles retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo” (Revel, 1998: 13).

No decorrer da entrevista, perguntei-lhe sobre o significado da profissão docente, ou melhor, se o exercício do magistério era considerado profissão. Ela fez a seguinte observação:

Sim, pois essa era uma profissão. A gente quando estudava já pensava em ser professora. A minha turma, por exemplo, inventou de chamar o Gabriel Passos para paraninfo. Ele nem veio, mandou representante. Como era ministro, iria ajudar a turma a encontrar uma colocação. Uma bobagem. Mas, a gente pensava em viver disso. Vou te contar a minha experiência. As Irmãs exigiam um uniforme para a gente trabalhar. Um vestido azul marinho e de mangas compridas. Quando eu comprei o meu vestido, gastei três meses para pagar, de tão pouco que a gente ganhava. Hoje, professora aposentada, eu vejo que as coisas não mudaram muito. O salário dos professores deixa a desejar. Houve algumas melhoras em outros aspectos.

Ao tratar da questão salarial, a professora reconstrói alguns aspectos do presente e do passado. Os fatos do

2 Sobre esse tema, cito o estudo de Passos (2011) e sua pesquisa: “O mito da era de ouro do magistério: salário e profissão docente em Minas Gerais (1889-2004)”.

seu tempo de professora continuam presentes. Tão presentes que quase se identificam e formam uma experiência conjunta com o atual: – o salário é/era uma questão para o magistério.

Os documentos legais sobre a profissão docente daquele período mostram que as verdadeiras demandas do professorado não eram atendidas, como até hoje continuam não atendendo. A análise dos fatos e a busca de sua reconstituição demonstram que o processo de profissionalização docente em Minas Gerais foi-se corporificando graças a um conjunto de fatores internos e externos<sup>3</sup>. Os fatos registrados nos jornais, nos documentos do estado e nas associações retratam as questões do magistério, seus problemas e perspectivas. Os documentos encontrados, no período sob estudo, são práticas discursivas, pois expressam interesses, demandas e moldam maneiras de constituir a profissão docente e de compreendê-la.

Os diversos temas sobre o magistério demarcam projetos políticos em disputa<sup>4</sup>. Não são apenas documentos. Traçam um desenho para as ações e se relacionam com outras ações e outros discursos. Isso significa que o registro não é simples memória, é parte integrante da prática. Além disso, o significado da memória e o valor do documento têm sido reavaliados nas novas concepções e práticas historiográficas. Segundo Michel de Certeau:

O discurso “científico” que não fala de sua relação com o “corpo” social não seria capaz de articular uma prática. Deixa de ser científico. Questão central para o historiador: essa relação com o corpo social é precisamente o objeto da história (...). De forma mais geral, um texto “histórico” (ou seja, uma nova interpretação, o exercício de métodos próprios, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento na definição e no uso do documento, um modo de organização característico, etc.) enuncia uma operação que se situa no interior de um conjunto de práticas (Certeau, 1995: 22-23).

Isto implica novas possibilidades para o conhecimento da história da profissão docente. Os embates e as conquistas nas instituições governamentais, as práticas e os saberes escolares, as relações com o Estado e as diversas formas de organização da categoria ajudaram na sua constituição. É fundamental, portanto, compreender a documentação histórica além das aparências e integrá-la com os elementos sociais, culturais e políticos.

A educação no Brasil, historicamente, é um campo que apresenta diferenciações e vários condicionamentos, permeados por intencionalidades, temporalidades múltiplas, disputas e alterações de poder. Durante um largo período de tempo, o conceito de profissão docente não esteve associado a sua prática social, mas à representação que deveria ser cumprida por quem ocupava esse papel. Em lugar de profissão, falava-se em vocação docente.

Também foi possível observar que as professoras não estavam acomodadas naquele período. Embora não falassem explicitamente em greve, a professora entrevistada usa a expressão “revigorização”:

Nós guardávamos toda a documentação em uma pasta. Fizemos um histórico de tudo o que escrevíamos de tudo que saía nos jornais e das respostas que recebíamos do governo e da Secretaria da Educação. A gente não falava em greve, falávamos em “revigorização” do magistério. Isso era realmente necessário, pois não era possível trabalhar 3, 4, 5, 6 meses ou mais e ficar sem o pagamento. A gente não aguentava. A gente ainda era injustiçado quando saía o pagamento, o professorado era o último a receber na escala feita pelo governo. Os funcionários da Coletoria recebiam primeiro e depois era feito o pagamento do pessoal do magistério. Um dia, fui à Coletoria e conversei com o coletor sobre esse privilégio. Ele me respondeu que era pelo fato de que eles mexiam com o dinheiro. E eu falei: “você não acha que nós mexemos com as cabeças dos meninos e é muito mais perigoso o que podemos fazer com essas cabeças”?

3 A propósito, lembro uma pesquisa mais ampla: “Magistério e profissionalização: um estudo a partir da ação governamental. Minas Gerais – período republicano” feita, com financiamento do CNPq, pelos professores Ana Maria Casasanta Peixoto e Mauro Passos, e que gerou um banco de dados, disponível no site da PUC Minas <http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>. No banco de dados estão documentos selecionados sobre a profissão docente em Minas Gerais, no período republicano.

4 Nesse aspecto, cito o estudo de Peixoto (2004): nesse trabalho, a autora assinala a disputa entre o grupo católico e o movimento reformador desencadeado por Francisco Campos. A preocupação com um corpo docente que tivesse embasamentos nas diversas áreas da ciência (psicologia, sociologia, biologia) fez com que a escola adquirisse um caráter ativo. Por isso, a autora usa a expressão “Escola Ativa”. Essa era uma forma de envolver o professor num novo corpo de conhecimento, qualificando-o para o exercício do magistério. Isso esteve presente nos cursos de licenciatura até recentemente.

O entendimento do valor da palavra aparece no depoimento. Na perspectiva “foucaultiana”, a palavra/o discurso tem um valor representativo. As práticas discursivas moldam as maneiras de construir o mundo (o mundo da educação!). Os artigos publicados são práticas discursivas, pois expressam interesses, demandas, moldam maneiras de constituir a profissão docente e de compreendê-la. Segundo Foucault: “Os discursos formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala” (Foucault, 1987: 56). Não são, portanto, apenas um ato de fala, traçam um desenho para as ações e se relacionam com outras ações e outros discursos. A palavra não é só voz, é linguagem. Isso é o que podemos perceber quando a professora afirma que: “nós mexemos com as cabeças dos meninos”. Ela mobiliza a palavra numa dimensão de linguagem.

Essa situação caótica sobre o atraso do pagamento do magistério não foi resolvida tão prontamente. Ainda não existia um documento legal sobre a carreira do magistério. Somente em 1977 foi sancionado o novo Estatuto do Magistério, em Minas Gerais, pelo governador Aureliano Chaves (lei nº 7.109/1977), que irá regulamentar alguns pontos referentes ao exercício e ao ingresso na carreira do magistério:

#### Título I

##### Capítulo II: Do magistério como Profissão

Art. 2º - O exercício do magistério, inspirado no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, tem em vista a promoção dos seguintes valores:

I – amor à liberdade;

II – fé no poder da educação como instrumento para a formação do homem;

III – reconhecimento do significado social e econômico da educação para o desenvolvimento do cidadão e do país;

IV – participação na vida nacional mediante o cumprimento dos deveres profissionais;

V – constante autoaperfeiçoamento como forma de realização e de serviço ao próximo.

#### Título III

##### Capítulo I: Do ingresso no Quadro do Magistério

Art. 15 - A nomeação para cargos da classe inicial e final de professor e de especialista da educação depende de habilitação legal e de aprovação e classificação em concurso público de provas e títulos<sup>5</sup>. (BRASIL, 1977:167-171).

O texto legal, ainda, se refere ao magistério como uma atividade vocacional, no entanto, um avanço já aparece no título do capítulo com o uso da palavra “profissão” (*Do magistério como profissão*). Seu papel formativo, o empenho no ensino, a dedicação e o amor às crianças, bem como o compromisso de formar o bom cidadão estão presentes, segundo o documento, no trabalho docente<sup>6</sup>.

*Leitmotiv* na rede de significações, destaco a pertinência da matriz professor(a) – educação – dedicação. Isso está sempre presente na maioria dos textos, reforçando o papel do(a) professor(a)-mediador entre o Estado e a Sociedade. Ele deve persuadir, seduzir, penetrar no espírito dos estudantes, fazendo-os aderir aos códigos, comportamentos e hábitos que lhes são passados. Eles devem também perceber a missão de amor, dedicação e interesse que os(as) mestres(as) lhes passam por meio de uma prática discursiva, conforme análise de Foucault. Dessa forma, será possível moldar as maneiras de construir o mundo, a sociedade, a cultura e as novas gerações, no entanto, o depoimento da professora ouvida extrapola essa expectativa comum quando apresenta e ressalta outros aspectos referentes ao trabalho docente: salário, relação professor(a) x aluno, significado político do trabalho docente.

## 2. A educação: recomendações e reflexões

A escola é um rico espaço para dar forma à criança e ao jovem. Deve criar hábitos e atitudes nos alunos, a partir dos hábitos e atitudes dos professores.

Outro aspecto que existia nos anos 1960 continua presente no período atual é a comparação da

<sup>5</sup> Todo o texto está disponível em <http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>

<sup>6</sup> A propósito, lembro os estudos de Passos e Peixoto (2005).

profissão docente com o sacerdócio. O/a mestre(a) é como o sacerdote. A ênfase nesse lugar do profissional da educação desconstrói o aspecto profissional do magistério. E, com a feminização do magistério, são-lhe atribuídas também as qualificações de mãe, amor, dedicação, etc. A importância atribuída à educação, em nível de discurso, faz com que o Estado difunda essa imagem no tratamento dado a essa categoria. Além do mais, o(a) professor(a) é uma peça fundamental na reconstrução da nação<sup>7</sup>. A profissão docente tem seu ponto de origem, mas lhe falta o percurso profissional, no entanto. Como constituir a carreira docente? Os textos e os documentos demonstram um caminho de representações que os professores devem assimilar para a constituição desse exercício, mas fogem das questões da profissão enquanto atividade profissional. Seus direitos lhes são fechados, enquanto cidadãos, trabalhadores e profissionais.

A concepção que se tem de profissão está situada na qualificação do professor. Percebe-se que ser profissional é sinônimo de uma boa preparação acadêmica. Requer estudo e especialização. A marca do(a) professor(a) está centrada nas dimensões acadêmicas e afetivas (dedicação, amor, formação, especialização, estudo). A questão salarial e a categoria profissional não são enfatizadas. As condições para o exercício profissional não são sinalizadas nem respeitadas. O atraso semestral no pagamento dos(as) professores(as), segundo o depoimento da professora em questão, comprova isso. Como situar a relação do professor com o Estado? E com os órgãos governamentais? Essa é uma singularidade da profissão docente, se a compararmos com as demais profissões, no entanto, o(a) professor(a) é o elemento-chave para a mediação entre estudante e cultura, estudante e valores, estudante e moral. Nisso está o seu poder, sua responsabilidade, seu dever. Num Estado liberal, é atribuída ao professor/à professora essa qualidade do exercício do poder, o que interessa aos governantes. Há uma extensão do poder político ao professor, naquilo que lhes interessa. Segundo a contribuição da filosofia política de Hobbes, esse direito é concedido como instrumento para instaurar uma gramática de obediência. O Estado torna possível a cooperação dos indivíduos – os(as) professores(as), neste caso específico – com um fim comum: manter a ordem, a disciplina, a norma<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo em que o professorado tem nas mãos certo poder, é também controlado pelo Estado.

A professora Maria Geralda descreve o nascimento dos embates, ainda que sob pressão contrária, das professoras primárias no período em análise. Mesmo com 79 anos, ela é uma mulher jovem. Não está nos padrões das pessoas da terceira idade. Uma prova disso é sua intensa atividade atual na cidade e na região em prol das questões sociais – crianças carentes, casa do menor, associação de artesãos. Não se prende somente às questões da escola, mas se remete às situações de vida das camadas populares.

Considerando as dificuldades de mobilização daquele período histórico, o grupo de professoras de Itaguara, liderado por ela, encontrou um caminho para dinamizar o movimento dos professores. Usou um instrumento muito presente na cultura tradicional – as cartas. Por meio desse instrumento, procurou mobilizar o professorado mineiro:

Como forma de mobilizar o professorado mineiro, começamos a escrever cartas para quase todas as cidades de Minas Gerais. Recebemos inúmeras respostas. Escrevemos para cidades grandes e com mais experiência – Itajubá, Mariana, Oliveira. As respostas despertaram nossa atenção. Foram inúmeras e, muitas vezes, encontramos erros absurdos de português nas respostas. Foi um verdadeiro “derrame”. Recebemos respostas do Secretário do Governador, da Secretaria de Educação e de deputados. Uma cidade fazia greve, o Estado pagava os professores daquela cidade. E isso foi aumentando. Algumas afirmavam que entrariam em greve se nós entrássemos. Uma vez, fiquei quase o dia todo no telefone. Ao final da tarde estava rouca. Conversei com professoras o dia todo. Veja, chegamos a liderar um movimento no estado e Itaguara era/é uma cidade pequena.

Maria Geralda narra uma história tecida pelo coletivo. O grupo de professoras construiu e vivenciou uma história singular sobre a profissão docente.

Vivemos hoje um período histórico que está perdendo a arte de narrar. Está em vias de extinção. Não são todas as pessoas que conseguem alinhar os pontos do bordado narrativo. O jovem é a grande vítima

7 A propósito, lembro o estudo de Müller (1999) que analisa o papel das professoras primárias na construção da nação em três estados brasileiros: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Ao longo da pesquisa, a autora mostra como se operou essa contribuição. Esse exercício demandou diversos esforços, ações, regras e operações.

8 Cf. Lambert (1930).

disso. Nossa sociedade capitalista e globalizada deixa na sombra a memória e a tradição. Segundo Marilena Chauí: “Lembrar não é viver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” (Chauí, 1998: xx). A nova geração tende a viver só o presente, pois não tem memória do passado e não consegue enxergar o seu futuro, que se tornou demasiado incerto. A falta de referência ao passado, à memória da comunidade humana em que cada um, bem ou mal, está inserido, tira qualquer referência e a própria possibilidade de os jovens fazerem projetos coletivos. Segundo essa mesma autora: “eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (Chauí, 1998: xx). Assim, a juventude arrisca-se a viver segundo o gosto do momento, levada pela última novidade que conseguiu atraí-la ou seduzi-la. Como ilustração, transcrevo o trecho de uma carta da Professora Maria Geralda enviada ao Secretário da Educação, em 1967:

A professora primária sempre foi relegada a último plano, quando se trata de fixar e regularizar vencimentos aos funcionários do estado. Nosso país e nosso estado jamais conseguirão combater o analfabetismo de seu povo enquanto der às responsáveis pela resolução deste angustiante problema tão desumano tratamento. Não pedimos aumento, queremos que nossos parcos e irrisórios vencimentos sejam pagos em dia.

Segundo Nóvoa, “é preciso conjugar a lógica da procura (definida pelos professores e pelas escolas) com a lógica da oferta (definida pelas instituições de formação), não esquecendo nunca que a formação é indissociável dos projetos profissionais e organizacionais” (Nóvoa, 1997:10). A pesquisa “Magistério e profissionalização: um estudo a partir da ação governamental. Minas Gerais – período republicano”, em parceria com a Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Casasanta Peixoto, nos permitiu um entendimento maior dessa questão. Sua significação está articulada com o contexto social, cultural e político. Como o magistério foi-se constituindo como profissão? Profissão ou ocupação, segundo o estudo de Sarmiento (1994: 40)? Para esse autor, a desqualificação do trabalho docente, que foi ocorrendo com o tempo, operou uma cisão entre concepção e execução.

O depoimento da Professora Maria Geralda recompôs um fato não muito conhecido. Ajudou-me a revisitar a história de um grupo de professoras e sua capacidade de articulação para tornar sua ocupação reconhecida como uma verdadeira profissão. Uma memória em movimento. Suas lembranças reconstróem trajetórias. Como afirma Maria Célia Paoli: “Faz com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica” (Paoli, 1992: 27). Seu depoimento não teve a pretensão de apenas buscar uma versão sobre o ofício docente na década de 1960, mas entender sua significação e a reinterpretação dada aos fatos. Essa é uma característica da história oral: potencializar a ação dos sujeitos envolvidos na prática e saber escutá-los, sem invadir suas narrativas.

O ofício docente é exercício contínuo e em interação com a totalidade social. Cada tempo traz novos sujeitos sociais, novas dimensões dos processos humanizadores e desumanizadores da história. Por isso, as proposições e os princípios do ofício não estão prontos. Seguem seu caminho de elaboração, com problemas e dificuldades. Na realidade, a profissão é susceptível de novas articulações e modificações. A quem a qualificação docente está sendo levada a servir realmente? Como contribuir para uma nova agenda da educação brasileira, imprimindo-lhe o adjetivo *humano*?

Ao final deste trabalho, pudemos perceber que as questões salariais e, mais que isso, o respeito à profissão docente ficaram e ainda ficam na sombra. Um ponto que me parece importante nesse aspecto é a necessidade de reconstituir com relevância o cotidiano do magistério, sua relação com o Estado e sua luta na perseguição do reconhecimento da categoria como *profissional* e não *devocional*. Tal reconstituição será o resultado de outras pesquisas e mais estudos.

Em face dessas reflexões, pode-se constatar que a formação docente tem hoje, particularmente, seu significado ampliado. O sujeito (a docência) se constitui nas múltiplas relações sociais, políticas e culturais, como foi analisado neste trabalho. É uma construção que interage de forma complexa com diferentes práticas e lugares, “numa perspectiva de futuro, mais que do passado”, como está na epígrafe deste trabalho. O todo de uma profissão é também fragmento. Fragmentos.



## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e educação: paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- BRASIL. Lei n. 7109, de 13 de out. 1977. Contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1977.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Apresentação: Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- HYPÓLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papirus, 1997.
- LAMBERT, Levindo. A disciplina na escola. *Revista do Ensino*, Anno V, n. 47, jul. 1930, p. 58.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.
- LOPES, Eliane M. S. Teixeira. A educação da mulher: a feminização do magistério. *Teoria e educação*, v. 4, 1991, pp. 22 - 40.
- MUNIZ, Diva Couto. Mineiras trabalhando em silêncio: subjetividade e experiência no “fazer-se” professoras de Minas no século XIX. *Proposições*, Brasília, v. 9, n. 1, mar. 1998, pp. 8-31.
- MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação: professoras primárias na primeira república*. Niterói: Intertexto, 1999.
- NÓVOA, Antônio (org.). Formação e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio. *Os professores e a sua formação*. 3ª ed. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1997.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *São Paulo* Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH. São Paulo, DPH, 1992.
- PASSOS, Mauro; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PASSOS, Mauro (org.). *A mística da identidade docente: tradição, missão e profissionalização*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A reação de Minas Gerais ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. In: XAVIER, Maria do Carmo (org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 271-300.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. *A vez e a voz dos professores*. Contributo para o estudo da cultura organizacional da escola primária. Porto: Porto Editora, 1994.
- <http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>

## Fonte Oral

DEPOIMENTO PESSOAL DA PROFESSORA MARIA GERALDA COSTA, concedido em 18/09/2006 ao Prof. Mauro Passos.